

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, 388p.

Maria Clariça Ribeiro Guimarães¹

Virgínia Fontes, historiadora, doutora em Filosofia pela Universidade de Paris, professora no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e integrante do corpo docente da Escola Nacional Florestan Fernandes, objetiva, na obra ora resenhada, desvendar origens e engrenagens que constituem o capital-imperialismo, sem desconsiderar que este se particulariza na América Latina e no Brasil. Adota, assim, como metodologia o retorno aos clássicos do pensamento crítico, em especial Marx, Lênin e Gramsci.

Para tanto, no primeiro capítulo, apresenta a dinâmica de concentração de capitais e como esta promove e aprofunda amplamente novos processos de expropriação. Entender o caráter de tais expropriações e seu papel na dinâmica capitalista atual é uma preocupação desta primeira parte do livro. A expropriação da classe trabalhadora, nessas condições, se apresenta e se expressa na separação desta classe das condições e dos recursos sociais de produção, fazendo com que a lógica dominante nesta sociedade seja de submissão real do trabalho ao capital, ou seja, além da produção não ser voltada para a satisfação das necessidades sociais, a necessidade de venda da força de trabalho, em quaisquer condições, é naturalizada e legitimada. A lógica da expropriação é, desse modo, basilar e permanente, haja vista a necessidade de generalizar a expansão capitalista.

Na caracterização de Virgínia Fontes, a expropriação primária, original, de grandes massas camponesas ou agrárias, atraídas para as cidades ou expulsas de suas terras por diversas razões, permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias que, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo, vão permanentemente lançando o povo brasileiro em condições críticas, intensas e extremamente ofensivas à existência humana, tendo velhos aspectos contidos também em si, mas sendo essencialmente reveladoras do caráter original do capital.

No segundo capítulo do livro, são retomadas as análises fundamentais de Marx, Lênin e Gramsci acerca do imperialismo, sabendo que se nas elaborações de um para a de outro, novas determinações históricas já se apresentavam, isto é ainda mais verdadeiro no atual tempo histórico. O intuito de Lênin, naquele momento, em contribuir para que os trabalhadores e seus partidos compreendessem as novas condições sob as quais deveriam enfrentar o domínio do capital permanece válido e merece atualizações constantes, dada a complexidade da luta de classes. A autora retoma, nesse sentido, algumas das mais importantes características assinaladas por Lênin para o imperialismo: a constituição dos monopólios, a fusão entre capitais industriais e capitais bancários, a tendência a uma unificação nacional dos países dominantes e a partilha econômica e territorial do mundo entre os países

exportadores de capitais. Entretanto, alerta que a atualidade da caracterização de Lênin não deve obscurecer a necessidade de se identificar novas configurações do imperialismo, reflexão que Fontes (2010) desenvolve melhor a partir dos próximos capítulos do livro.

No terceiro capítulo, por exemplo, traz sua argumentação para o porquê da adoção do termo “capital-imperialismo”. Para ela, teórica e analiticamente este termo contempla a caracterização histórica contemporânea da dinâmica do capital, em seus processos de continuidade e aprofundamento, tendo o final da II Guerra como demarcação temporal para a conversão do imperialismo em capital-imperialismo. O conceito de capital-imperialismo, assim, incorpora as definições clássicas propostas por Lênin, com a ressalva de que as três principais características do capital-imperialismo (o predomínio do capital monetário, a dominação da pura propriedade capitalista e o seu impulso expropriador) aprofundam a necessidade imperativa de reprodução ampliada do capital e sua expansão em todas as dimensões da vida social, traço intrínseco e permanente desta lógica societária.

Portanto, falar em capital-imperialismo significa fazer referência a uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas que exacerba a concentração de capitais e impulsiona, mais do que nunca, intensas expropriações de populações inteiras, tanto no que se refere às próprias condições de existência social, ambiental e biológica, como também ampla expropriação de direitos historicamente conquistados pelas lutas da classe trabalhadora. Pretende-se com este conceito (que sendo teórico traz em si desdobramentos políticos) evidenciar que a expansão capitalista sob a forma do imperialismo não ficou estagnada no tempo, mas ao contrário, agregou novas determinações e expressões.

O quarto e o quinto capítulo da obra são dedicados à análise de como se desenha a luta de classes no Brasil face às múltiplas formas de expropriação contemporânea, se apoiando no conceito gramsciano de sociedade civil e em como Gramsci refundou integralmente esta categoria. A autora vai apresentando e discutindo o teor das lutas sociais no Brasil, destacando as décadas de 1970 e 1980 como tendo sido especialmente ricas no que concerne à constituição de organizações e intensificação das lutas populares, em especial movimentos de favelas e de bairros, traduzindo demandas populares não contempladas pelo acelerado processo de urbanização brasileira. Além das lutas de abrangência nacional e de teor classista organizadas no contexto da década de 1980, expresso na tríade constituída neste período pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Todavia, não deixa de mencionar o fenômeno em curso de organização dos movimentos sociais e alteração no perfil de parcela da militância e da própria forma de se fazer política, já a partir da década de 1980, período crucial para a compreensão da sociedade civil no Brasil atual, que trouxe também em si o anúncio da extensão das dificuldades com as quais se defrontariam os movimentos sociais na década de 1990. Aliás, no decorrer do capítulo V, Virginia Fontes centra suas atenções sobre as condições que alteraram de maneira substantiva a luta de classes e os processos que contribuíram para a reconfiguração da sociedade civil na década de 1990.

Já no sexto capítulo, o mundo contemporâneo é caracterizado a partir da análise da profunda transformação pela qual passou o capitalismo no último período, o que inclui reflexões sobre as múltiplas

formas de atuação burguesa no Brasil atual. Para Virgínia Fontes, o processo histórico ulterior, iniciado com Fernando Henrique Cardoso e continuado sob os dois mandatos de Lula da Silva expressaram uma recuperação da capacidade burguesa de, aprofundando ainda mais seus vínculos de dependência, conservar seu predomínio no âmbito nacional, dessa vez através de um formato democrático-representativo, típico do enquadramento burguês das reivindicações populares.

No capítulo VII, a historiadora estabelece uma relação de diálogo e ao mesmo tempo tributo ao pensador Rui Mauro Marini em relação à sua tese de emergência de uma modalidade subalterna de imperialismo brasileiro. Tal diálogo justifica-se por Marini ter sido um dos primeiros autores – quem sabe o único – a insistir precocemente no papel imperialista desempenhado pelo Brasil, a partir dos conceitos de superexploração e de subimperialismo. Em que pese o explícito reconhecimento de Virgínia Fontes à contribuição significativa de Marini, a autora, entretanto, tece críticas à sua tese registrando discordâncias e identificando lacunas presentes em seu pensamento, no intuito de melhor compreender a complexidade da situação contemporânea.

O esforço teórico de Virgínia Fontes nesta obra é singular e bastante significativo na medida em que provoca o retorno a um debate que estava adormecido há até bem pouco tempo: o debate acerca do papel do subimperialismo na dinâmica das nações intermediárias – nem centrais nem tão periféricas – na dinâmica geral de reprodução do capital. Regressar a este debate é um mérito importante da elaboração de Fontes. Entretanto, sua obra é também singular por provocar um retorno a esta discussão a partir de alguns intelectuais e sujeitos políticos que nos anos 1960 travaram este debate e o posicionaram dentro da lógica de reprodução do capital. Daí ser imprescindível que se recupere o pensamento de Rui Mauro Marini – tal como o fez Virgínia – como um dos primeiros intelectuais que fizeram alusão ao papel particular de algumas economias latino-americanas na conexão com o restante do continente.

A leitura de Fontes (2010) deixa evidente para nós que a referência à dinâmica de reprodução do capital necessariamente deve ser feita referindo-se também ao território concreto de sua atuação, pois isto traz particularidades para um processo que é único. Nesse sentido, tal debate teórico nos parece igualmente fundamental para apreender as novas dinâmicas urbanas em tempos de mundialização financeira, com suas incidências sobre as cidades e, em particular, sobre as condições de moradia e de vida da classe trabalhadora. Ora, considerando que as expropriações – primárias e secundárias – são inerentes à dinâmica de reprodução do capital, em sua busca incessante de enfrentar suas crises de acumulação, o espaço, constitui na fase atual de acumulação um fator essencial; nele ocorrem as expropriações e a re-apropriação de parcelas a serem “re-funcionalizadas” pelo capital.

Notas:

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS/UFRN). E-mail: clara_jovem@hotmail.com.

Recebido em: 09/2012

Publicado em: 10/2013.